



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

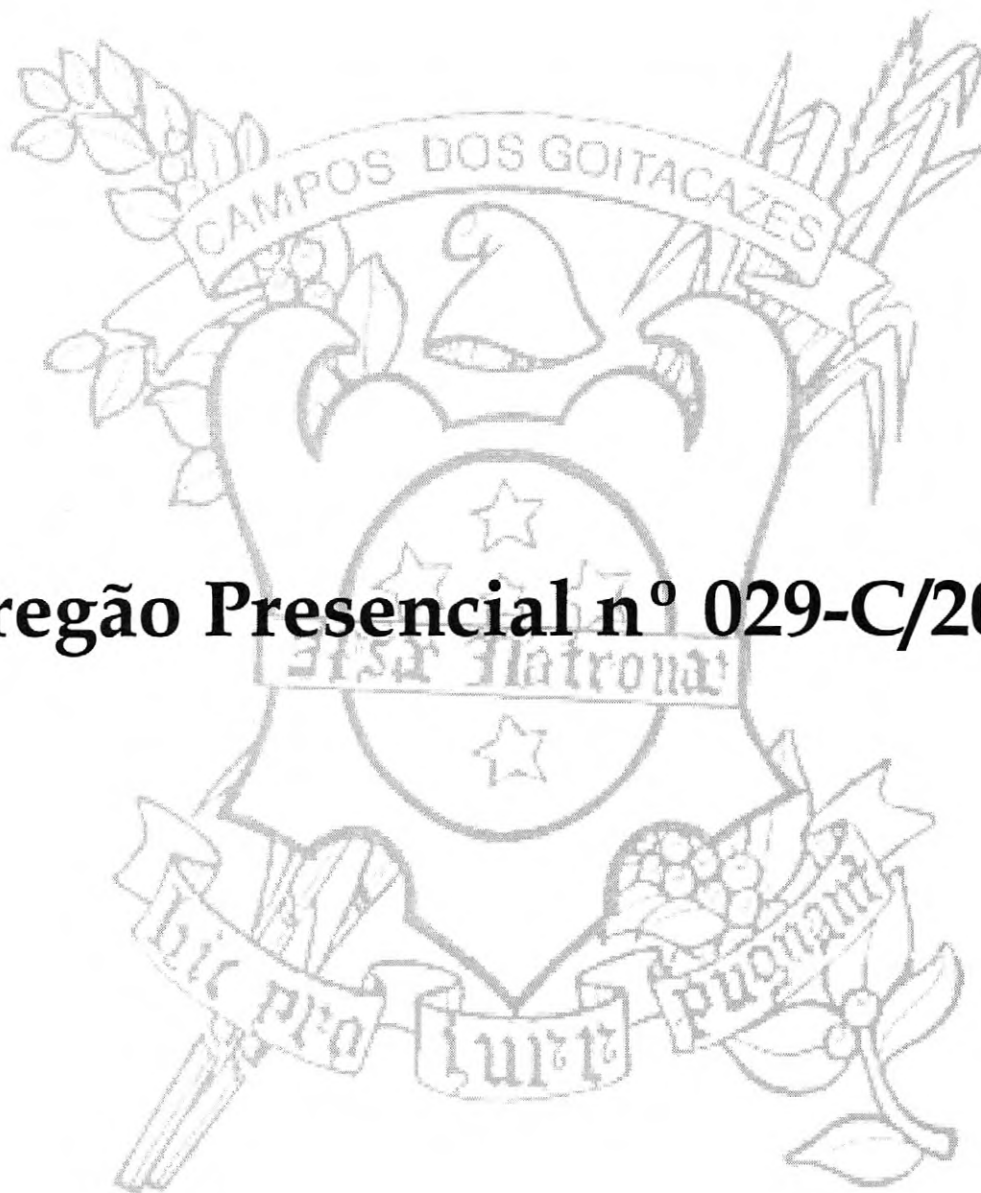
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOITACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Pregão Presencial nº 029-C/2022

Comissão	Rel.	Assinatura
	H60	

Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

Pregão Presencial nº 029-C/2022



[Handwritten signature]



Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

Processo nº 2022.204.000267-P-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefone nº (22) 98175-2073**, será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial**, cujo Edital recebeu o nº. **029-C/2022** para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A licitação será do tipo **maior lance ou oferta** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Decreto Municipal nº 65, de 16 de fevereiro de 2005 e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **10h (dez horas) do dia 27 de junho de 2023**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I

1.4.2- Minuta de Contrato- Anexo II

1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V

1.4.6- Declaração da relação de estabelecimentos bancários no Município de Campos dos Goytacazes- Anexo VI

1.4.7- Modelo de Declaração de compromisso com a capilaridade- Anexo VII

1.4.8- Modelo de Declaração da Relação dos Responsáveis- Anexo VIII

Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

1.4.9- Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo para Habilitação - Anexo IX

1.4.10- Modelo de Declaração de Conhecimento das Informações referente aos serviços - Anexo X

1.4.11- Termo de Referência - Anexo XI

2- DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a contratação de instituição financeira para prestação de serviços de: pagamento, com exclusividade, de vencimentos e salários dos servidores ativos, inativos, aposentados, pensionistas, contratados e estagiários da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes; centralização, com exclusividade, do pagamento dos fornecedores, bens, serviços e insumos; concessão de empréstimo consignado (crédito direto e crédito para aquisição de bens móveis e imóveis) sem exclusividade, aos servidores da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Somente poderão participar deste Pregão as instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN a prestar os serviços, de acordo com a legislação aplicável.

3.2.- As instituições financeiras que participarem do presente Pregão deverão observar os procedimentos previstos neste edital.

3.3.- Não será admitida a participação de instituições financeiras reunidas em consórcio.

3.4.- Mediante a prévia e expressa comunicação à Prefeitura, será facultada ao licitante vencedor a realização de convênios com outras instituições financeiras, para a perfeita consecução dos serviços, observados os dispositivos deste edital e mantida a responsabilidade integral do licitante vencedor perante à Prefeitura por suas obrigações previstas no contrato de prestação de serviços.

3.5. É vedada a participação de instituições financeiras que:

I - tenham sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público;





Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

II - que estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública; e

III - que estejam sob processo de intervenção ou liquidação extrajudicial.

3.6- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada licitante far-se-á representar por agentes devidamente credenciados e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Quando a instituição financeira se fizer representar por diretor ou outro representante legal, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento **com firma reconhecida**, conforme modelo no anexo III, firmada pelo representante legal da licitante, nos termos dos respectivos Atos Constitutivos, documento esse a ser apresentado, visando à comprovação da condição para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.2- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, **EM SEPARADO** dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da licitante ser considerada sem representação.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.



Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

4.2.1 - As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, esta com firma reconhecida, em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.3- As licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.4- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da instituição ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA PROPOSTA

5.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, o valor ofertado à Prefeitura pela prestação dos serviços pelo período de 05 (cinco) anos de execução do contrato de prestação de serviços, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido.

5.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou



Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, **PREFERENCIALMENTE**, a **PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA**, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

5.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

5.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

5.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, INTEGRALMENTE, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

5.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

5.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

6- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

6.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO".

6.2 - Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior, mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação

Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

6.2.1 - No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente à sessão.

6.3 - As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e da declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, com firma reconhecida, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.

7- DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.2 - Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.3 - No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da maior oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) inferiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e crescentes, até que as licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.4 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem crescente dos preços.





7.6 - É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.7 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.8 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.8.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.8.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.8.1;

7.8.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as licitantes convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.8.1 e 7.8.2, serão considerados os preços ofertados pelas licitantes do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

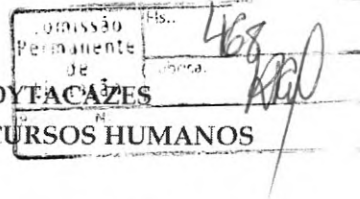
7.8.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.9 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.10 - Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a licitante que oferecer a proposta de **MAIOR LANCE OU OFERTA**.

7.11 - O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de maior oferta ou lance, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de maior valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.12 - Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com o edital, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor inferior ao definido no subitem 16.1.**



Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

7.13 - Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.14 - Serão inabilitadas as empresas que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 8 deste Edital.

7.15 - No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do subitem 7.3 e seguintes.

7.15.1 Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MAIOR LANCE OU OFERTA**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.15.2 Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.16 - Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro observará o disposto nesta cláusula e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

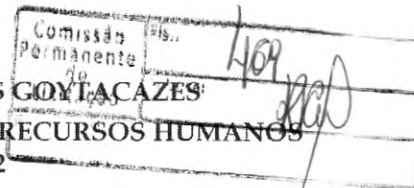
7.17 - Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.18 - O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as mesmas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.19 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:



Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Ato constitutivo e alterações subsequentes devidamente registradas, ou estatuto consolidado, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.2- Documento comprobatório da condição de instituição financeira devidamente autorizada pelo BACEN a prestar os serviços, em atendimento ao objeto do edital;

8.1.3 - Decreto de autorização, em se tratando de instituição ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.4- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;


8.2.8- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.2.9- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.10- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.11- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.



Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

8.2.12- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.13- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);

b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;

c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;

d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.2- Comprovação do índice de Basileia relativo ao trimestre civil anterior ou última publicação do Banco Central anterior à data da licitação, de no mínimo 8% (oito por cento), calculado em conformidade com as regras estabelecidas pela Resolução nº 2.606, de 27 de maio de 1990, do Banco Central do Brasil e demais normas pertinentes.

8.3.3 - Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo



Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.3.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.3.

8.3.3.2 - Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.3 e 8.3.4, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.4- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.


8.3.3.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.3 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Poder Judiciário, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - As licitantes deverão apresentar documentação de qualificação técnica conforme exigido no item 12 do Termo de Referência - Anexo XI.

8.5- DA DOCUMENTAÇÃO

8.5.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.



Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a licitante vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.3- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

10.4- Em caso de atraso na **prestação dos serviços**, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 2% (dois por cento), conforme Termo de Referência.

10.5- Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.





Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

11- DAS CONDIÇÕES E EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

11.1- PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1.1 - O prazo para prestação dos serviços, objeto desta licitação, será de **60 (sessenta) meses**, conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

11.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da **Ordem de Serviço** a ser emitida pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

12- LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1- O licitante vencedor desta licitação terá que executar o que lhe for adjudicado, conforme determinação da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, nos termos do Anexo XI do edital.

13 - REGIME DE EXECUÇÃO

13.1- O objeto desta licitação, quando contratado, será executado de forma indireta em regime de empreitada por preço global.

14- DA CONTRATAÇÃO

14.1- Será firmado o Contrato com a vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei Federal nº 8.666/1993.

14.2- O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, para a sua formalização, devendo a licitante estar portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

14.3- Na hipótese da licitante vencedora não comparecer para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido no item anterior, o Pregoeiro convocará nova Sessão Pública, onde examinará a qualificação das licitantes, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

14.4- A empresa vencedora deverá apresentar nome e telefone de contato do Profissional Responsável, a fim de dirimir quaisquer dúvidas relacionadas ao serviço contratado.

14.5- A empresa vencedora deverá atender todas as exigências e obrigações de caráter geral, conforme solicitadas no termo de referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

15- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

15.1 - As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda a sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail pregao@campos.rj.gov.br.**

15.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

15.3 - As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE**, protocoladas no endereço supracitado.

16- DO VALOR

16.1- Estima-se o valor inicial para esta licitação em **R\$ 31.050.000,00 (trinta e um milhões e cinquenta mil reais).**


17- DO PAGAMENTO

17.1- O pagamento do valor total da oferta da licitante vencedora à PREFEITURA será pago em até 10 (dez) dias após a publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Município, de acordo com o subitem 11.1 do Termo de Referência (Anexo XI).

17.2- O não pagamento dos valores devidos nas datas estabelecidas ensejará a aplicação de sanções, de acordo com o contrato de prestação de serviços.

18- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.



Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

18.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscite a presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

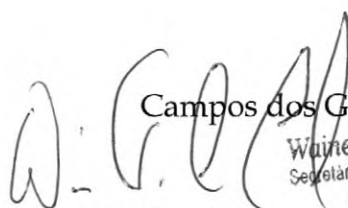
18.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

18.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

18.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

18.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993.

18.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.



Campos dos Goytacazes, 07 de junho de 2023.

Wainer Teixeira de Castro
Secretário Municipal de Administração
e Recursos Humanos
Mat.: 40.283

Wainer Teixeira de Castro

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos



Anexo I - Proposta Comercial

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>PRAZO</u>	<u>PREÇO GLOBAL</u> <u>EM</u> <u>ALGARISMOS</u> <u>(R\$)</u>
Contratação de instituição financeira para prestação de serviços de: pagamento, com exclusividade, de vencimentos e salários dos servidores ativos, inativos, aposentados, pensionistas, contratados e estagiários da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes; centralização, com exclusividade, do pagamento dos fornecedores, bens, serviços e insumos; concessão de empréstimo consignado (crédito direto e crédito para aquisição de bens móveis e imóveis) sem exclusividade, aos servidores da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes	60 Meses	
Preço Global por extenso:		

- O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 029-C/2022, e ainda, todos custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços.

- A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº 029-C/2022, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

- Serão oferecidos, sem qualquer custo, durante toda a vigência do contrato de prestação de serviços, para todos os servidores municipais (ativos, inativos, pensionistas e estagiários) os serviços e produtos previstos na Resolução número 3.424, de 21 de dezembro de 2006, do Banco Central do Brasil.

Declaro, sob as penas da lei, que foram observados os procedimentos do edital e o conhecimento das informações disponíveis e que estas foram suficientes para a formulação desta proposta comercial.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante



Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E A
_____.

O **MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**, com sede na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes, RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº 29.116.894/0001-61, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal de Gestão Pública, **WAINER TEIXEIRA DE CASTRO**, e a _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado do **EDITAL nº 029-C/2022, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento no Decreto Municipal nº 365/2009, na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/1994, no Decreto Municipal nº 65, de 16 de fevereiro de 2005, de acordo com o processo nº **2022.204.000267-P-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a contratação de instituição financeira para prestação de serviços: pagamento, com exclusividade, de vencimentos e salários dos servidores ativos, inativos, aposentados, pensionistas, contratados e estagiários da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes; centralização, com exclusividade, do pagamento dos fornecedores,

Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

bens, serviços e insumos; concessão de empréstimo consignado (crédito direto e crédito para aquisição de bens móveis e imóveis) sem exclusividade, aos servidores da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, conforme descrito no Anexo XI do edital.


CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº **2022.204.000267-P-PR** e em tudo o mais que se relacione com a prestação dos serviços objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) No âmbito da execução do presente Contrato, o **CONTRATANTE** obriga-se a informar à **CONTRATADA** a previsão da folha de pagamentos com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas e depositar na conta a ser indicada o montante necessário com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a realização dos pagamentos, já que o calendário de pagamento é variável em função do fluxo de caixa da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.



Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº **029-C/2022**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- II) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pela prestação dos serviços;
- III) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- IV) permitir e facilitar a inspeção dos serviços e a fiscalização ou supervisão da **CONTRATANTE**, conforme conveniente e oportuno à Prefeitura, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados;
- V) comunicar à fiscalização ou à supervisão da **CONTRATANTE** a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a realização dos serviços, no todo ou em parte;
- VI) executar, conforme a melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas aplicáveis, segundo a legislação vigente, bem como a





Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

instruções, especificações e detalhes fornecidos ou determinados pela CONTRATANTE;

- VII) responder por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade ato da assinatura definidos no item a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- VIII) instalar Posto de Atendimento Bancário no local previstos neste Edital;
- IX) manter, durante toda a execução deste Contrato, as condições de habilitação exigidas no edital, de acordo com a Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;
- X) restituir ao CONTRATANTE dentro de, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, o valor do crédito dos pagamentos realizados por meio de recibo a servidores, empregados, aposentados, pensionistas e estagiários da PREFEITURA não retirados após 90 (dias) contados da disponibilidade dos recursos para retirada pelos beneficiários;
- XI) fornecer suporte técnico às atividades objeto do presente Contrato, com pessoal devidamente qualificado;
- XII) indicar os gestores responsáveis e seus substitutos pelo atendimento à PREFEITURA e pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato, com poderes de negociação que visem à otimização dos Serviços prestados;
- XIII) garantir, manter e melhorar a qualidade dos serviços prestados à PREFEITURA, de maneira competitiva no mercado, bem como realizar investimentos visando à modernização e ao acompanhamento da evolução tecnológica necessária para melhorias na prestação dos serviços;
- XIV) atender ao cronograma de pagamento dos fornecedores e do pessoal da PREFEITURA, considerando a totalidade dos servidores ativos e inativos e pensionistas;
- XV) manter, permanentemente atualizado, para efeito de pagamento, um cadastro dos servidores ativos, inativos e pensionistas que são objeto do Sistema de Pagamento de

Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

Pessoal, bem como de seus representantes legais, segundo dados fornecidos pela PREFEITURA;

- XVI) disponibilizar, por meio digital, arquivo mensal de retorno que permita a atualização, pela Secretaria de Fazenda, dos valores pagos e não pagos aos servidores ativos, inativos e pensionistas, observados as regras de sigilo bancário aplicáveis;
- XVII) manter histórico dos pagamentos do pessoal pelo período de vigência do contrato e fornecer as informações, quando solicitadas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para os pagamentos realizados nos últimos 60 (sessenta) dias e, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para os realizados em períodos superiores ao anteriormente referido;
- XVIII) oferecer, sem qualquer custo, para todos os servidores municipais, os serviços previstos na Resolução número 3.424, de 21 de dezembro de 2006, do Banco Central do Brasil - BACEN.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** receberá da **CONTRATADA** a importância total de R\$ ____ (____), sendo paga, impreterivelmente, em até 10 (dez) dias da data da publicação do extrato deste **CONTRATO**. O pagamento deverá ser realizado por meio de depósito em dinheiro na conta corrente da Prefeitura na própria instituição contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não será permitida a utilização de créditos de qualquer natureza para fins do pagamento previsto nesta cláusula.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADEQUAÇÃO DOS SISTEMAS

O **CONTRATADO** deverá proceder a todas as adaptações de seus sistemas computacionais necessárias ao aprimoramento e perfeito funcionamento de seus sistemas, de





Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

forma a viabilizar e facilitar as transmissões de dados e a manutenção perfeita dos controles, em virtude de eventuais alterações provocadas pelas obrigações assumidas por meio deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo total para a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será de **60 (sessenta) meses**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem de Serviço, a ser emitida pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a Prefeitura aplicará ao **CONTRATADO** as sanções previstas na Lei 8.666/1993 e na Lei 10.520/2002, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, sendo que, nas hipóteses especificadas nos parágrafos abaixo, serão aplicadas as seguintes penalidades:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O atraso injustificado no cumprimento, pelo **CONTRATADO**, do prazo para o pagamento estabelecido na Cláusula Quarta ensejará a aplicação de multa de 2% (dois por cento) ao mês por atraso, incidente sobre o valor especificado em referida cláusula, limitada a 10% (dez por cento) de tal valor, após o qual este Contrato poderá ser rescindido pelo **CONTRATANTE**, sujeitando-se o **CONTRATADO** às penalidades previstas no edital, neste **CONTRATO** e na legislação aplicável.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso injustificado, pelo **CONTRATADO**, na implantação dos serviços implicará em multa equivalente a 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor

Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

especificado na Cláusula Quarta, limitada a 10% (dez por cento) de tal valor, após o qual este Contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura, sujeitando-se o contratado às penalidades previstas no edital, neste contrato e na legislação aplicável.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Pela inexecução parcial de outras obrigações estipuladas no presente Contrato, por culpa do CONTRATADO, o CONTRATANTE poderá aplicar as sanções previstas em lei, proporcionalmente à gravidade do caso concreto, cumulativamente ou não à multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor especificado na Cláusula Quarta.

PARÁGRAFO QUARTO - Pela inexecução total do presente Contrato por culpa do CONTRATADO, a Prefeitura poderá rescindir o Contrato, sem prejuízo da aplicação cumulativa de sanções previstas em lei, proporcionalmente à gravidade do caso concreto, ficando desde já fixada uma multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor especificado na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

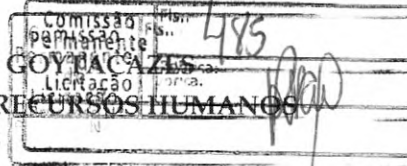
Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da Lei nº 8.666/1993, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido pela CONTRATANTE a qualquer tempo, nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na eventualidade de o CONTRATADO vir a ser submetido, pelas autoridades fiscalizadoras do sistema financeiro, ao Regime de Administração Especial Temporária - RAET, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou quaisquer outras medidas que modifiquem ou impeçam a regular prestação dos serviços contratados, a CONTRATANTE





Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

poderá promover a rescisão deste contrato mediante mera comunicação epistolar, não ensejando direito a indenizações contra a CONTRATANTE em decorrência desse ato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação dos serviços sem justa causa ou previa comunicação à Administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da instituição, que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO



Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 029-C/2022, ao qual se vincula, bem como aos termos do edital, do Termo de Referência e da proposta de preços da CONTRATADA, que fazem parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo nº **2022.204.000267-P-PR**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Todas as notificações e comunicações exigidas ou permitidas nos termos deste Contrato deverão ser efetuadas por escrito e entregues a cada parte através de aviso de recebimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não será válida qualquer alteração deste Contrato, salvo nas hipóteses legais, a menos que feita por escrito e assinada por todas as partes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nenhum prazo ou tolerância concedida pelo MUNICÍPIO, com relação a qualquer dos termos deste Contrato, afetará de qualquer forma este Contrato ou qualquer dos direitos ou obrigações das partes, a não ser nos estritos termos da tolerância concedida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Pregão Presencial nº 029-C/2022

Convênio	487
Permanente	
Licitação	
Nº	

Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

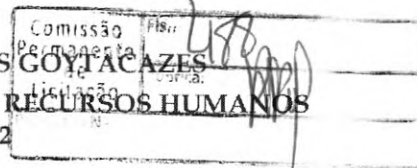
Contratante:

Município de Campos dos Goytacazes

Contratada:

Testemunhas:

[Handwritten signature]



Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo) CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a),
portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF sob o nº
....., a participar da Licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de
Campos dos Goytacazes, na modalidade **PREGÃO nº 029-C/2022**, supra referenciada, na
qualidade de *Representante legal da Instituição Financeira*, outorgando-lhe poderes para
pronunciar-se em nome da instituição, **bem como**
formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar
contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2023.

Representante legal da instituição (com firma reconhecida)



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Pregão Presencial nº 029-C/2022

Comissão Permanente	Fls. 489
Licitação	

Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 029-C/2022

.....
(nome da instituição financeira)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2023.

Representante legal da instituição

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

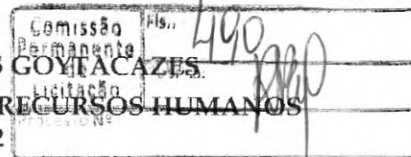


PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Pregão Presencial nº 029-C/2022



Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

Anexo V - Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

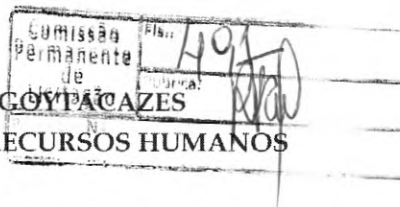
.....,

(nome da instituição)

CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO Nº 029-C/2022**.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2023.

Representante legal da instituição



Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

Anexo VI - Declaração da relação de estabelecimentos bancários no Município de Campos dos Goytacazes

[NOME DO LICITANTE], instituição financeira com sede na [ENDEREÇO], na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o número _____, DECLARA, em atendimento ao previsto no Edital de licitação do Pregão nº 029-C/2022, que possui atualmente, em condições de praticar as operações bancárias relativas aos bancos comerciais, as seguintes agências bancárias no MUNICÍPIO:

- 1) <nome da agência>, <número da agência>, situado(a) na <endereço>, <telefone>;
- 2) <nome da agência>, <número da agência>, situado(a) <endereço>, <telefone>;
- 3) <nome da agência>, <número da agência>, situado(a) <endereço>, <telefone>;
- 4) <nome da agência>, <número da agência>, situado(a) <endereço>, <telefone>.

Em de de 2023.

Representante legal da instituição



Anexo VII - Modelo de Declaração de compromisso com a capilaridade

[NOME DO LICITANTE], instituição financeira com sede na [ENDEREÇO], na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o número _____, por seu representante legal, participante do Pregão nº 029-C/2022 promovido pela Prefeitura, na melhor forma e para os fins e efeitos de direito, assume o compromisso perante a Prefeitura Municipal de CAMPOS DOS GOYTACAZES, em caráter irrevogável e irretratável, sob pena de rescisão do respectivo contrato, de que, sendo o objeto licitado adjudicado a seu favor, implantará:

1 - No prazo de 120 (cento e vinte) dias após a partir de 1º de fevereiro de 2023, prorrogáveis por igual período, implantará no mínimo 01 (uma) agência bancária no MUNICÍPIO de CAMPOS DOS GOYTACAZES, bem como:

2 - 06 (seis) caixas eletrônicos sem custo para o MUNICÍPIO, em até 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por igual período, em espaço cedido gratuitamente pelo MUNICÍPIO, sendo: 02 (dois) na sede da Prefeitura, e os demais em locais a serem definidos conjuntamente;

3 - Instalar e manter sem custo para o MUNICÍPIO, em até 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por igual período, em espaço cedido gratuitamente pelo MUNICÍPIO: 01 (um) PAB, localizado no edifício que abriga:

a) **Centro Administrativo José Alves de Azevedo - CAJAA** - Rua Coronel Ponciano de Azevedo Furtado, 47, Parque Santo Amaro.

Em de de 2023.

Representante legal da instituição



Anexo VIII - Modelo de Declaração da Relação dos Responsáveis

[NOME DO LICITANTE], instituição financeira com sede na [ENDEREÇO], na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o número _____, DECLARA em atendimento ao previsto no Edital de licitação do Pregão nº 029-C/2022, que serão responsáveis pela a execução dos serviços, objeto da licitação em apreço, os seguintes profissionais:

Sr(a) _____, portador(a) do CPF(MF) nº _____, com a função de _____, com domicílio na Cidade _____, Estado _____;

Sr(a) _____, portador(a) do CPF(MF) nº _____, com a função de _____, com domicílio na Cidade de _____, Estado _____;

Sr(a) _____, portador(a) do CPF(MF) nº _____, com a função de _____; com domicílio na Cidade _____, Estado _____.

Em de de 2023.

Representante legal da instituição



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Pregão Presencial nº 029-C/2022

Comissão Permanente	Fls. 144
Licitação	

Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

Anexo IX - Modelo De Declaração De Inexistência de Fato Impeditivo para Habilitação

Ao PREGOEIRO

Ref.: PREGÃO Nº 029-C/2022

Prezados Senhores:

[NOME DO LICITANTE], instituição financeira com sede na [ENDEREÇO], na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o número _____, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem FATOS IMPEDITIVOS para sua habilitação no processo licitatório, na modalidade de PREGÃO Nº 029-C/2022, realizado pelo MUNICÍPIO de CAMPOS DOS GOYTACAZES, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

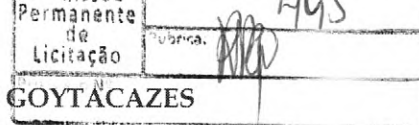
Em de de 2023.

Representante legal da instituição



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Pregão Presencial nº 029-C/2022



Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

Anexo X - Modelo de Declaração de Conhecimento das Informações referente aos serviços

[NOME DO LICITANTE], instituição financeira com sede na [ENDEREÇO], na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o número _____, DECLARA, em atendimento ao previsto no Edital de licitação do Pregão nº 029-C/2022, declara que foram observados todos os procedimentos do edital e o conhecimento das informações disponíveis e que estas foram plenamente suficientes para a formulação da proposta comercial.

Em de de 2023.

Representante legal da instituição



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Pregão Presencial nº 029-C/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 496
	Assinatura: [Assinatura]

Processo nº 2022.204.000267-P-PR

Data: 07/06/2023

Anexo XI - Termo de Referência



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

TERMO DE REFERÊNCIA

Comissão Organizadora de Licitação	Fis. 497
Assinatura: [Assinatura]	
Processo N°	

1. DO OBJETIVO

1.1. O objetivo específico deste Termo é subsidiar e orientar a realização de Certame Licitatório visando a CONTRATAÇÃO de instituição financeira, por razões de conveniência administrativa, para prestação de serviços de: 1) Pagamento, com exclusividade, de vencimentos e salários dos servidores ativos, inativos, aposentados, pensionistas, contratados e estagiários da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes; 2) Centralização, com exclusividade, dos pagamentos dos fornecedores, bens, serviços e insumos; 3) Concessão de empréstimo consignado (crédito direto e crédito para aquisição de bens móveis e imóveis), sem exclusividade, aos servidores da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes conforme disposto na resolução nº 3.402, de 06 de setembro de 2006, do Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo período de 60 (sessenta) meses, com início a contar de 1º de fevereiro de 2023.

1.2. Com a supramencionada contratação espera-se obter a prestação de serviço de excelente qualidade no objeto da licitação bem como obter incremento arrecadatário à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

1.3. A execução do objeto do presente termo de referência deve observar as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e demais entidades competentes para normatizar a execução dos objetos deste termo de referência, em especial, as Resoluções nºs 2.827/01, 3.402/06 e 3.954/11 do Conselho Monetário Nacional (CMN); Resolução nº 43/01 do Senado Federal, suas alterações e demais normas que vieram a substituí-las.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é centralizar em uma única INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por razões de conveniência administrativa, a prestação de serviços de 1) Pagamento, com exclusividade, de vencimentos e salários dos servidores ativos, inativos, aposentados, pensionistas, contratados e estagiários da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes; 2) Centralização, com exclusividade, dos pagamentos dos fornecedores, bens, serviços e insumos; 3) Concessão de empréstimo consignado (crédito direto e crédito para aquisição de bens móveis e imóveis), sem exclusividade, aos servidores ativos, inativos, aposentados, pensionistas, contratados e estagiários da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

3. DO PRAZO

3.1. O prazo de vigência do contrato que decorrer desta licitação será de 60 (sessenta) meses, na forma do artigo 57, item II da Lei 8.666/93, a contar de 1º de fevereiro de 2023.



3.2. O prazo para implementação e início da prestação do serviço será de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura do termo de contrato, o qual deverá ser assinado em até cinco (cinco) dias contados da convocação.

4. DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

4.1. O total da folha de pagamentos da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes importa em **R\$ 95.476.927,26** (noventa e cinco milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, novecentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos), para 23.943 servidores, tendo como data base o mês de julho de 2022.

4.2. A folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes está representada nas tabelas, abaixo:

Categoria de funcionários	Valor total da folha em julho/2022	Número de funcionários
Ativos	R\$ 68.581.451,35	15.223
Inativos (aposentados)	R\$ 15.890.751,80	3.975
Pensionistas	R\$ 3.480.205,48	1.227
Contratados	R\$ 7.191.994,39	3.235
Estagiários	R\$ 332.524,24	283
TOTAL	R\$ 95.476.927,26	23.943

Receita Total 2021

R\$ 2.526.415.589,01

Pirâmide salarial de servidores Ativos, Inativos (aposentados), Pensionistas e Contratados

Faixa Salarial	Qtde Sal. Total
Até R\$ 1.212,00	1.604
De R\$ 1.212,01 a R\$ 2.000,00	3.502
De R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00	4.541
De R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00	4.009
De R\$ 4.000,01 a R\$ 5.000,00	3.780



De R\$ 5.000,01 a R\$ 6.000,00	2.005
De R\$ 6.000,01 a R\$ 7.000,00	1.430
De R\$ 7.000,01 a R\$ 8.000,00	1.119
De R\$ 8.000,01 a R\$ 9.000,00	537
De R\$ 9.000,01 a R\$ 10.000,00	335
Acima de R\$ 10.000,00	798
TOTAL	23.660

Comissão
Permanente
de
LicitaçãoFls.
Data:

Assinatura:

Assinatura:

Assinatura:

Assinatura:

Assinatura:

Assinatura:

5. DA REMUNERAÇÃO

5.1. A instituição financeira responsável não fará jus à remuneração direta oriunda dos cofres públicos municipais, pela prestação dos serviços à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos (v.g emissão de extratos diários, informação de saldos a qualquer momento e por qualquer meio e fornecimento de relatórios).

6. SISTEMAS DE INFORMÁTICA

6.1. Toda troca de informações entre a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA e a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes deve ser protegida por intermédio do uso de certificados digitais.

6.2. Dada a natureza dos sistemas operados pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, cuja exportação de dados é realizada através dos recursos tecnológicos de sistemas, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA à qual for adjudicada a contratação deve comprometer-se a manter pessoal treinado para lidar com as operações inerentes a esses sistemas, indicando, um responsável local e um gestor para esses sistemas com poderes idôneos de direção e supervisão, para fins de contato e comunicação direta com os órgãos municipais competentes.

6.3. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA à qual for adjudicada a contratação deve comprometer-se a comunicar obrigatória e previamente à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, por qualquer meio, por intermédio dos respectivos órgãos competentes, o recebimento de qualquer determinação que implique em débito ou bloqueio na conta pagamento, inclusive os provenientes de decisões ou sentenças judiciais.

6.4. Da mesma forma, os pagamentos que não atendam aos padrões estabelecidos nos procedimentos relativos ao sistema em operação deverão ser previamente autorizados pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

7. CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes adotará, em conjunto com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, observados os procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência, providências no sentido de formalizar a abertura/manutenção de contas-salário em nome do servidor, para a operacionalização do sistema de pagamentos.

7.2. O serviço deverá ser prestado em âmbito nacional.

7.3. O pagamento dos servidores, inclusive décimo terceiro salário, será realizado de acordo com o calendário definido pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e previamente publicado no Diário Oficial do Município.

7.4. Os pagamentos serão efetuados por intermédio de crédito em conta-salário.

7.5. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá:

7.5.1. Arcar com todas as despesas de alocação e transporte de sua equipe, inclusive materiais, equipamentos e sistemas;

7.5.2. Executar quaisquer modificações das especificações somente após a sua expressa aprovação pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes;

7.5.3. Empregar todos os materiais, sistemas, ferramentas, acessórios, instalações e mão de obra qualificada necessários à total e perfeita execução do objeto deste contrato;

7.5.4. Manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

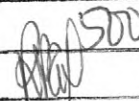
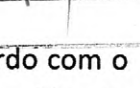
8. PROCEDIMENTOS GERAIS

8.1. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá iniciar a prestação do serviço em até 120 (cento e vinte) dias, após a formalização do respectivo contrato.

8.1.1 - Só será admitida a prorrogação do prazo fixado no item 8.1 no caso de culpa exclusiva da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes que impeça totalmente o início dos serviços pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

8.2. A Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a realização do certame, encaminhará a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, em meio digital, os dados, dos servidores, necessários à abertura das contas-salário.

8.3. Depois de recebidos os dados, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá providenciar a pré-abertura da conta-salário em uma das agências localizadas no Município do Rio de Janeiro, respeitando

Comissão Permanente de Licitação	Ass.: 
	Subsc.: 



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

sempre que for possível a melhor conveniência para o servidor, interagindo com a CONTRATANTE no sentido de agendar o comparecimento do servidor no local que for definido, **em conjunto com a contratante, para fins de entrega dos documentos necessários e assinatura dos contratos**

Processo Nº	504
Assinatura	[Assinatura]
Carimbo	[Carimbo]

8.4. Os bloqueios e desbloqueios de pagamento antes do repasse às contas-salário dos servidores são de responsabilidade exclusiva da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

8.5. A Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes providenciará a transferência à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA dos recursos financeiros referentes ao pagamento dos servidores, em reserva bancária, débito em conta ou, excepcionalmente, por outro meio de transferência bancária.

8.5.1. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá efetuar o crédito das remunerações, proventos e pensões nas contas-salário dos servidores na data posterior em que for feita a transferência dos recursos pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, podendo estar disponível em D+1, nas datas previstas no calendário de pagamentos.

8.6. A Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes deve orientar seus fornecedores e prestadores de serviço, que indiquem ou abram conta corrente na instituição vencedora do certame para que possa realizar os pagamentos através desta conta corrente na INSTITUIÇÃO FINANCEIRA vencedora do certame.

8.7. Nas hipóteses de situações extraordinárias e pontuais que possam vir a impactar na execução do contrato, de acordo com a condição exclusiva em pauta e aplicação da Resolução 3402 do CMN, as partes contratantes deverão avaliá-las previamente, sendo que sua implementação das soluções serão objeto de celebração de Termo Aditivo/Apostilamento entre as partes contratantes.

8.8. Na eventualidade de haver contradição entre as regras estabelecidas neste termo de referência e a legislação específica vigente ou vindoura, deverá prevalecer estas últimas.

9. ROTINA OPERACIONAL DO SISTEMA DE PAGAMENTO

9.1. A Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes enviará as informações necessárias para o processamento dos pagamentos dos servidores à agência centralizadora indicada pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da data do efetivo pagamento, por meio de sistema de transmissão via web disponibilizado pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, com retorno imediato de recibo de entrega informando a quantidade total de registros e o valor total do crédito bancário, autenticado pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

9.2. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA realizará os testes necessários à validação dos arquivos recebidos e informará à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes a existência de eventuais inconsistências dos créditos, por meio de relatório, no 1º dia útil após a sua recepção.



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

9.3. No caso de haver alguma inconsistência, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes emitirá arquivo retificado contendo o crédito dos servidores até em 1 (um) dia útil para a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, na forma do item 5.1.

9.4. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibilizará, quando solicitada, em até 3 (três) dias úteis após o pagamento, arquivo mensal de retorno, em meio digital, que permita a confirmação dos créditos pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, com relação aos valores pagos aos servidores.

9.5. Os eventuais estornos e reversões de valores depositados na conta bancária dos correntistas carecem de prévio e expresse conhecimento e autorização dos mesmos

9.6. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deve observar regras da Resolução nº 2827 do CMN, revogada pela Resolução nº 4589/17, da Resolução nº 43 do Senado Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou de legislação que vieram a substituí-las para fins de reserva bancária para atendimento do *float*.

10. RESPONSABILIDADE POR ERRO, OMISSÃO OU INEXATIDÃO DOS DADOS CONSIGNADOS NO ARQUIVO EM MEIO DIGITAL

10.1. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA fica isenta de responsabilidades, inclusive perante terceiros, por erro, omissão ou inexatidão pela PREFEITURA, limitando-se a recebê-lo e processá-lo, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

11. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

11.1 - O valor inicial a ser ofertado pelas instituições financeiras interessadas em participar da licitação deverá ser, igual ou maior que, **R\$ 31.050.000,00** (trinta e um milhões e cinquenta mil reais). O valor ofertado é líquido, não cabendo ao Contratado a retenção de qualquer parcela ou percentual a qualquer título. O valor ofertado pelo vencedor deverá ser pago integralmente em até 10 (dez) dias, após a publicação do extrato no Diário Oficial do Município, em conta corrente da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes na instituição financeira vencedora do certame.

Serão desclassificadas as propostas que estejam inferiores ao valor estabelecido como mínimo aceitável.

11.1.1 - A precificação do ativo em questão tem por base estudos realizados cuja metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica de documentos existentes sobre a negociação de serviços de intermediação de folha de pagamento de estados e municípios. A pesquisa em bases secundárias sobre as informações existentes sobre a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes foi feita em bases do tipo: Tesouro Nacional; Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); Confederação Nacional de Municípios (CNM); e Banco de Finanças Brasileiras (FINBRA).



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS



11.1.2 - As folhas salariais do último ano; o nível de endividamento do servidor; e a margem consignada também foram analisadas. Neste processo de melhor precificar o ativo em questão também foi feita uma análise de como se comporta o “mercado de venda de folha salarial” dos últimos cinco anos. O conjunto de análises mencionadas teve como objetivo classificar e estruturar as informações com o intuito de identificar padrões e valores que auxiliassem na construção de um valor de referência para o processo licitatório, com a intenção de dar fidedignidade e consistências aos dados coletados.

Comissão Permanente de Licitação	Pls..
	503
Processo Nº	

12 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Deverá ser apresentado documento comprobatório da condição de INSTITUIÇÃO FINANCEIRA devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e apta, de acordo com essa autarquia, a executar integralmente os objetos elencados.

12.2. Demonstração de aderência à capilaridade mínima, devendo o licitante comprovar que possui agências, no mínimo uma, no município, podendo tal comprovação ser substituída por declaração irrevogável e irretroatável de que o licitante instalará, caso seja vencedor do certame, a agência exigida de acordo com este item dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias contados a partir da celebração do Contrato de prestação de serviços, podendo tal prazo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante mútuo acordo entre o licitante vencedor e a Prefeitura, na hipótese de estar comprovada a impossibilidade de instalação de agências no prazo originalmente fixado por razões alheias ao controle do licitante vencedor.

13 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.1. - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da proponente que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. As proponentes situadas em outros municípios e em outros estados deverão apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) negativa(s) exigida(s), declaração oficial do Poder Judiciário da Comarca da sua sede, indicando quais os cartórios ou escritórios de registro que controlam a distribuição de falências e concordatas. Para as praças onde houver mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas tantas certidões quantos forem os cartórios, cada uma emitida por um distribuidor.

13.2. - Comprovação do índice de Basiléia relativo ao trimestre civil anterior ou última publicação do Banco Central anterior à data da licitação, de no mínimo 8% (oito por cento), calculado em conformidade com as regras estabelecidas pela Resolução nº 2.606, de 27 de maio de 1999, do Banco Central do Brasil e demais normas pertinentes.



PREFEITURA DE

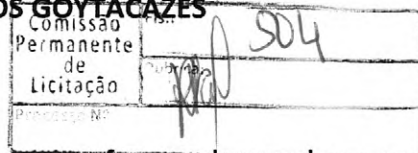
CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS



14 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES



14.1 - A Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes obriga-se a:

14.1.1 - Adotar as medidas necessárias à divulgação aos servidores e fornecedores dos procedimentos a serem observados para a abertura de conta-salário/corrente na INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

14.1.2 - Encaminhar à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, o calendário anual para pagamento dos servidores, inclusive o do 13º (décimo terceiro) salário.

14.1.3 - A Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes deve orientar seus fornecedores a ter ou indicar obrigatoriamente conta corrente na instituição vencedora do certame para que a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes possa realizar os pagamentos através desta INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

14.1.4 - Obter autorização dos correntistas ou seu sucessor legal ou então ordem judicial específica para estornos e reversões.

15 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

15.1 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá manter permanentemente atualizado, para efeito de pagamento e consulta, o cadastro dos servidores e seus representantes legais, quando for o caso.

15.2 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, quando solicitada, deverá disponibilizar à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, de forma on-line, o histórico dos 12 (doze) últimos pagamentos, referentes aos servidores.

15.3 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá, na assinatura do contrato, indicar os responsáveis/gestores do sistema de pagamento que auxiliarão os técnicos da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes na operacionalização do pagamento.

15.4 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá indicar, no ato da formalização do contrato, a agência centralizadora, para fins de cumprimento do disposto no item 5.1 deste Termo de Referência.

15.4.1 Havendo alteração da agência centralizadora indicada, o fato deverá ser comunicado à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilizar a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA por perdas e danos decorrentes desta omissão.

15.5 Executar os serviços em absoluto sigilo por seus prepostos, ficando, assim, vedada à divulgação, por qualquer modo e a qualquer título, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura



Municipal de Campos dos Goytacazes, de qualquer dado ou informação acerca do cadastro funcional e/ou valores remuneratórios dos servidores municipais.

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 957
Assinatura: [assinatura]	905

15.6 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá garantir, manter e melhorar a qualidade dos serviços prestados à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, de maneira competitiva no mercado.

15.7 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, quando necessário, deverá realizar todas as adaptações de seus softwares, necessárias ao aprimoramento e perfeito funcionamento do sistema de pagamento.

15.8 A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA não poderá disponibilizar informações sobre movimentação bancária ou ausência de movimentação na conta de seus correntistas, respeitando sempre a legislação aplicável a matéria.

15.9. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA terá exclusividade na instalação de PABs e caixas eletrônicos, sem custos para a Prefeitura e em espaço cedido gratuitamente pelo Município.

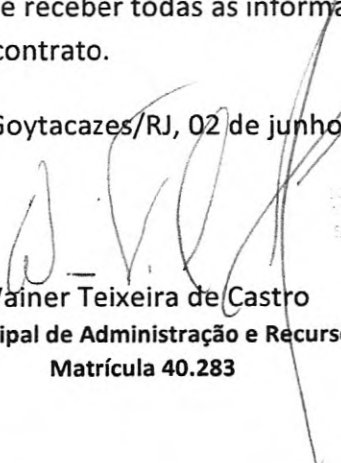
15.10. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá instalar um PAB na sede da Prefeitura, Centro Administrativo José Alves de Azevedo, rua Coronel Ponciano de Azevedo Furtado, 47 – Parque Santo Amaro, no prazo de 120 (cento e vinte dias) a contar de 1º de fevereiro de 2023 em espaço cedido gratuitamente. Caso seja de interesse da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, esta poderá instalar de acordo com a Prefeitura outros PABs, sempre em espaço cedido gratuitamente pelo Município.

15.11. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá instalar no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de fevereiro de 2023, no mínimo 6 (seis) caixas eletrônicos, sem custo para a Prefeitura e em espaço cedido gratuitamente pelo Município, sendo proposto 2 (dois) na sede da Prefeitura e os demais em locais a serem definidos conjuntamente.

16 - DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Durante a vigência do Contrato, a fiscalização será exercida através de comissão especial designada para acompanhamento e validação do respectivo contrato, com designação em portarias próprias, aos quais competirão prestar e receber todas as informações inerentes à operacionalidade necessária ao estrito cumprimento do contrato.

Campos dos Goytacazes/RJ, 02 de junho de 2023.


Wainer Teixeira de Castro

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos
Matrícula 40.283

Wainer Teixeira de Castro
Secretário Municipal de Administração
e Recursos Humanos
Mat. 40.283